



TIMBAÚBA
PREFEITURA DA CIDADE

Timbaúba - PE, 23 de maio de 2025.

Ofício GP nº 131 / 2025

À Exma. Sra. Marileide Rosendo de Albuquerque,
Vereadora Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Timbaúba.

Vimos pelo presente, encaminhar para apreciação e deliberação dessa Eg. Casa Legislativa, projeto de Lei que ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.205, DE 28 DE JUNHO DE 2024, PARA DISPOR SOBRE A RELOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA A TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiterando a necessidade de apreciação por essa Casa Legislativa em caráter de urgência o presente Projeto de Lei, bem como certo de que o presente projeto de lei será aprovado em sua totalidade, renovamos nossos sinceros votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40
806022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2025.05.23 10:57:31
-03'00'

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
PREFEITO

*Recebido
23/05/2025
H. 10:00*



TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

PROJETO LEI Nº 008 DE 23 DE MAIO DE 2025

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.205, DE 28 DE JUNHO DE 2024, PARA DISPOR SOBRE A RELOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA A TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, Estado de Pernambuco, faz saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que submete a análise da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de LEI:

Art. 1º - O parágrafo segundo do art. 1º da Lei Municipal nº 3.205, de 28 de junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º Quando o local não estiver afeto ao serviço mencionado no parágrafo anterior, e consagrando o princípio da economicidade, fica permitido:

- I – o uso do espaço para realização de reuniões, treinamentos e atividades de lazer voltadas aos funcionários da Prefeitura Municipal;*
- II – a cessão temporária e onerosa do espaço a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, para realização de eventos, atividades esportivas, culturais, educacionais ou de interesse coletivo, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal e observadas as normas de segurança e uso adequado;*
- III – a arrecadação obtida com a realocação do imóvel a terceiros integrará as receitas do Município, sendo destinada à manutenção do imóvel e composição do orçamento municipal, respeitadas as regras de destinação previstas na legislação orçamentária.*

(...)"

Art. 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, disciplinando os critérios, procedimentos e valores para a cessão temporária do imóvel, bem como as respectivas formas de arrecadação e aplicação dos recursos.



TIMBAÚBA

PREFEITURA DA CIDADE

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Timbaúba – PE, 23 de maio de 2025.

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:408
06022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2025.05.23 10:57:52
-03'00'

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL



TIMBAÚBA
PREFEITURA DA CIDADE

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Vereador(a) Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba.

Senhor(a) Presidente,

Temos a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, projeto de Lei que ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.205, DE 28 DE JUNHO DE 2024, PARA DISPOR SOBRE A RELOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA A TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

O imóvel em questão, localizado à ROD BR 408, S/N, conhecido como Timbaúba Tênis Club, por força da Lei Municipal 3.205/2024 passou a ser destinado, através de locação, à complementação de atividades educacionais dos alunos das unidades escolares do município, especialmente em atividades que demandem espaço amplo e estrutura física adequada.

Contudo, considerando que a ocupação plena do imóvel para tais fins não ocorre de forma contínua e diária, faz-se necessário maximizar o uso do patrimônio público de maneira eficiente, permitindo que o imóvel seja cedido temporariamente a empresas, instituições e demais interessados para a realização de eventos, atividades culturais, esportivas ou de interesse coletivo.

Ademais, a proposta visa assegurar que os valores arrecadados com a cessão do espaço ingressem no orçamento municipal, fortalecendo as finanças públicas e permitindo que tais recursos sejam revertidos em melhorias do imóvel e também para a coletividade, observando-se sempre a legislação orçamentária vigente.

Essa medida está em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e gestão responsável do patrimônio público, promovendo uma utilização racional dos recursos já investidos e fomentando a geração de receitas alternativas para o Município.

Diante do exposto, contamos com o apoio e a costumeira sensibilidade dos nobres Vereadores para a aprovação da presente proposta, que trará benefícios diretos à Administração Pública e à população timbaubense.

Atenciosamente,

MARINALDO
ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806
022434

Assinado de forma digital por
MARINALDO ROSENDO DE
ALBUQUERQUE:40806022434
Dados: 2025.05.23 10:57:40
-03'00'

MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

PROJETO LEI Nº 008 DE 13 DE AGOSTO DE 2025

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.205, DE 28 DE JUNHO DE 2024, PARA DISPOR SOBRE A RELOCAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO PELO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA A TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

A Câmara Municipal de Timbaúba aprovou, e o Sr. Prefeito sanciona o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - O parágrafo segundo do art. 1º da Lei Municipal nº 3.205, de 28 de junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

“2º Quando o local não estiver afeto ao serviço mencionado no parágrafo anterior, e consagrando o princípio da economicidade, fica permitido:

I – o uso do espaço para realização de reuniões, treinamentos e atividades de lazer voltadas aos funcionários da Prefeitura Municipal;

II – a cessão temporária e onerosa do espaço a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, para realização de eventos, atividades esportivas, culturais, educacionais ou de interesse coletivo, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal e observadas as normas de segurança e uso adequado;

III – a arrecadação obtida com a realocação do imóvel a terceiros integrará as receitas do Município, sendo destinada à manutenção do imóvel e composição do orçamento municipal, respeitadas as regras de destinação previstas na legislação orçamentária.

(...)”

Art. 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, disciplinando os critérios, procedimentos e valores para a cessão temporária do imóvel, bem como as respectivas formas de arrecadação e aplicação dos recursos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

PERNAMBUCO

CASA DR. MANOEL BORBA

PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, ao analisar o Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a alteração do Projeto de Lei nº 3.205 de 28 de junho 2024, determinando a realocação do imóvel locado pelo Município de Timbaúba a terceiros.

Sendo assim, no desempenho de suas atribuições institucionais, esta Comissão examinou os aspectos formais e materiais do projeto em questão, verificando sua redação, técnica legislativa, e conformidade com as normas e princípios constitucionais. Constatou-se que o projeto está devidamente instruído e fundamentado, atendendo aos requisitos exigidos para sua tramitação.

De pronto, menciona-se a Constituição Federal de 1988 estabelece a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I) e para suplementar a legislação federal e estadual no que couber (art. 30, II).

Ademais, o Projeto de Lei em apreço versa sobre a destinação de bens públicos municipais, estando presente os requisitos que demonstram o interesse local do tema.

Portanto, não se vislumbra vício de inconstitucionalidade formal no que se refere à competência legislativa municipal e à iniciativa do processo legislativo.

Por sua vez, no que tange ao mérito da proposição legislativa, constata-se que a proposição legislativa visa alterar Lei vigente, a fim de atender o interesse público primário e secundário, tendo em vista que visa a melhor destinação para os bens públicos municipais.

Nesse seguimento, a alteração proposta não contraria dispositivos constitucionais, legais ou regimentais, tampouco viola princípios da Administração Pública ou normas de direito administrativo.

Diante do exposto, a Comissão de legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba manifesta parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 008/2025, considerando sua regularidade formal e material.

Em consonância com a presente exposição, opinamos pela viabilidade da continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 008/2025, uma vez que inexistente óbice legal ou constitucional à sua apreciação pelo Plenário.

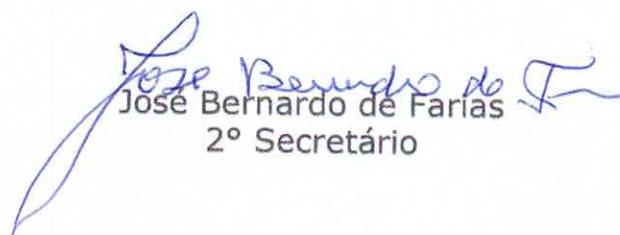


CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA
PERNAMBUCO
CASA DR. MANOEL BORBA

Sala das Comissões da Câmara Municioal de Timbaúba, em 16 de Junho de 2025


Luiz Apolinário Neto
Presidente


Ronaldo Gomes da Silva
1º Secretário


José Bernardo de Farias
2º Secretário